

# Gênero e COVID-19 no contexto da população de refugiados e migrantes na cidade de Manaus–Amazonas

*Gender and COVID-19 in the context of the refugee and migrant population in the city of Manaus - Amazonas*

*Género y COVID-19 en el contexto de la población de refugiados y migrantes en la ciudad de Manaus – Amazonas*

John Elton Costa do Santos  
Thiago Ribeiro Costa

---

**Dossier:** Reflexões e perspectivas sobre a pandemia de COVID-19

**Editores:** Luisa Elvira Belaúnde, Gilton Mendes y Edgar Bolívar-Urueta

**Data de envio:** 2020-06-21. **Devolvido para revisões:** 2020-06-24. **Data de aceitação:** 2020-07-28.

**Como citar este artigo:** Santos, J.E.C., Costa, T.R (2020). Gênero e COVID-19 no contexto da população de refugiados e migrantes na cidade de Manaus – Amazonas. *Mundo Amazônico*, 11(2): 62-74. <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n2.88474>

---

## Resumo

O presente texto é composto por uma análise de conjuntura social sobre o impacto da COVID-19 no cotidiano de refugiados e migrantes residentes em Manaus. Para esse fim, buscamos trabalhar com dados e informações de sites oficiais que veicularam as ações promovidas pelas organizações (nacionais e internacionais) implicadas. A análise é enriquecida pela narrativa de um Trabalhador Humanitário, coautor do texto, que desenvolve suas atividades junto à população de refugiados e migrantes LGBT e nos traz um olhar atento sobre a vida precária de mulheres transexuais durante a quarentena.

**Palavras chave:** Refugiados e migrantes; Gênero; COVID-19; Manaus.

## Abstract

This text consist of an analysis of the social situation on the impact of COVID-19 on the daily lives of refugees and migrants residing in Manaus. To this end, we seek to work with data and information

---

John Elton Costa do Santos. Doutorando em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGPSI/UFRN). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Integrante do Grupo de Pesquisa Política, Produção de Subjetividade e Práticas de Resistência (UFRN). [j.eltonsantos@hotmail.com](mailto:j.eltonsantos@hotmail.com)

Thiago Ribeiro Costa. Especializando em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos na Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Coordenador do Coletivo o Gênero. Integrante do Instituto Mana. Trabalhador Humanitário no Projeto ACNUR: Gerenciamento de Casos e Proteção Baseada na Comunidade. Pesquisador no Núcleo de Estudos Psicossociais sobre Direitos Humanos e Saúde - NEPDS (UEA).

from official websites that conveyed the actions promoted by the organizations (national and international) involved. The analysis is enriched by the narrative of a Humanitarian Worker, co-author of the text, who develops his activities with the population of LGBT refugees and migrants bringing us an attentive look at precarious lives of transsexual women during quarantine.

*Keywords:* Refugees and migrants; Genre; COVID-19; Manaus.

### Resumen

Este texto consiste en un análisis de la situación social sobre el impacto del COVID-19 en la vida cotidiana de los refugiados y migrantes que residen en Manaus. Con este fin, buscamos trabajar con datos e información de sitios web oficiales que vehicularon las acciones promovidas por las organizaciones (nacionales e internacionales) involucradas. El análisis se enriquece con la narrativa de un trabajador humanitario, coautor del texto, que desarrolla sus actividades con la población de refugiados y migrantes LGBT y nos brinda una mirada cuidadosa de las condiciones de vidas precarias de las mujeres transexuales durante la cuarentena.

*Palabras clave:* refugiados y migrantes; Género; COVID-19; Manaus.

## Introdução

---

**O** artigo propõe algumas reflexões e perspectivas sobre a população de refugiados e migrantes LGBTs no contexto pandêmico de COVID-19. Produzido por coautoria (tanto o primeiro como o segundo autor são pesquisadores e ativistas), cujo principal objeto de estudo tem sido a vida precária de pessoas transexuais, as políticas públicas e os direitos humanos. Integramos movimentos sociais e participamos de projetos humanitários. A partir da experiência junto à população LGBT – em especial as mulheres transexuais refugiadas e migrantes – foi possível essa escrita, um modo que encontramos de denunciar a política atual e brasileira à sociedade. Ressaltamos que a política do nosso país escolhe as pessoas que devem viver e as que devem morrer.

O trabalho foi organizado dentro dessa estrutura: no primeiro momento, iniciamos o texto com uma discussão mais geral sobre o processo migratório, com dados numéricos e informações sobre as populações que imigraram para o Amazonas e, especificamente, para Manaus. Os sites (nacionais e internacionais) foram utilizados como as principais fontes dessas informações. No segundo momento, foram explanados os dados de uma pesquisa realizada e publicada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2020). Essa pesquisa traz informações sobre o fluxo de venezuelanos na cidade de Manaus, perfil das pessoas entrevistadas e questões relacionadas à saúde, educação, trabalho e proteção ao COVID-19. No terceiro momento, apresentamos o relato de experiência do segundo autor como Trabalhador Humanitário junto à população LGBT de refugiados e migrantes no “Projeto ACNUR: Gerenciamento de Casos e Proteção Baseada na Comunidade”. Percebemos que para os/as LGBTs viver com dignidade e acessar às políticas de assistência social e cidadania agravaram com a pandemia. De modo que, as questões relacionadas ao gênero e a sexualidade são categorias que percorrem todo o texto.

A pandemia pela COVID-19<sup>1</sup> amplifica as disparidades - social e econômica - vivenciadas por populações vulneráveis e revelam a debilidade das políticas de saúde, de direitos sociais e humanos. Nesse contexto, destacam-se: a população indígena, em especial os índios imigrantes e os povos originários da Amazônia; as mulheres, que além do risco da violência doméstica, também são as que estão na linha de frente na assistência à saúde dos infectados pelos vírus; a população LGBT, as mulheres transexuais refugiadas e migrantes encontram-se ainda mais vulneráveis durante a quarentena.

Para refugiados e migrantes, sobreviver ficou ainda mais difícil para os que precisam lidar com o desemprego, preconceito, discriminação, violência e a falta de moradia. Nesse último item mencionado, eles encontram, na sua maioria, albergues superlotados, abrigam-se em prédios abandonados<sup>2</sup> ou em condições de moradores de rua. Com tantas dificuldades, tomar as devidas medidas de prevenção (higienização e a utilização de álcool em gel) e o isolamento social são ações quase impossíveis e ratifica todas as restrições expostas acima.

Quando a questão é a violência doméstica, o isolamento social teve desdobramento inesperado. A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDDH), Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), registraram entre os dias 1º a 25 de março, um crescimento de 17,97% no número de denúncias feitas pelos serviços Disque 100 e Ligue 180. Como a quarentena requer um período mais longo de tempo em casa, potencializou o risco para mulheres que têm como principal agressor seu companheiro ou um familiar. (ONDDH, 2020).

A violência de gênero se tornou uma preocupação mundial durante o período de quarentena. No dia 20 de abril, uma mesa-redonda virtual foi realizada por lideranças femininas com representantes de diversos países (chefes de Estado, de governo e membros da sociedade civil) com o objetivo de discutir a importância de mulheres e meninas estarem no centro da resposta à pandemia de COVID-19. O evento foi presidido por Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora-executiva da ONU Mulheres. Como principal ação, uma campanha com divulgação na rede social de conteúdos informativos sobre saúde, prevenção e eliminação da violência de gênero e compartilhamento das tarefas de cuidados familiares. Para Phumzile Mlambo-Ngcuka: “um dos aspectos mais devastadores dessa pandemia é o modo como a violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, aumentou muito em muitos países” (ONU, 2020).

Apesar da inquestionável relevância da campanha, as mulheres transexuais não foram lembradas. Vale explicar que países como a Venezuela não possui políticas públicas para a população LGBT e “pessoas transgênero podem enfrentar insultos, violência e outras coisas piores das pessoas – até de seus próprios familiares” (relato de um refugiado LGBT)<sup>3</sup>. Na cidade de

Manaus, mulheres transexuais não compartilham do mesmo albergado em que estão instalados os grupos de imigrantes por medo de serem violentadas. É importante que as campanhas internacionais possam abranger todas as formas de violência baseada em gênero e sexo.

Devido à conjuntura política e econômica da Venezuela, Roraima e Manaus tornaram-se as principais cidades de refugiados e imigrantes venezuelanos (indígenas e não-indígenas). Estima-se que mais de 213 mil venezuelanos estariam no Brasil. No estado do Amazonas, encontram-se entre 16 mil a 20 mil venezuelanos (ONU, 2019).

No último levantamento realizado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), até junho de 2019, a quantidade de venezuelanos que deixaram o seu país alcançou 4 milhões, destes o Brasil recebeu 168 mil (ONU, 2019). O território brasileiro continua sendo um dos principais limites geográficos que abrange o tráfego migratório de diversas nacionalidades, com destaque para os seguintes países: Haiti e Venezuela (ACNUR, 2019).

De 2011 a 2018 foram registrados no território brasileiro 774,2 mil imigrantes, considerando todos dentro dos amparos legais. Nesse mesmo período, foram registrados 492,7 mil imigrantes de longo termo (os que permanecem num país em um período superior a um ano). Do total de imigrantes de longo termo, 61,4% são homens. (Cavalcanti, L; Oliveira, T; Macêdo, M; e Pereda, L., 2019).

Os fluxos migratórios são, majoritariamente, de pessoas do sexo masculino, jovens e com nível de escolaridade médio e superior. No ano de 2018, predominaram os fluxos oriundos do centro-sul global, com destaque para haitianos e venezuelanos, que tiveram o maior número de carteiras de trabalho emitidas. Entre 2011-2018, o número de carteiras de trabalho emitidas para solicitantes de refúgio e refugiados apresentou o maior fluxo da série histórica totalizando 36.384. (Idem).

Em 2018, chegaram cerca de 400 venezuelanos beneficiados pela estratégia de interiorização (levar refugiados e imigrantes de uma cidade para se estabelecerem em outros estados). A cidade de Manaus também recebeu outros que chegaram por meios próprios. Segundo dados da Polícia Federal, já foram registradas na cidade cerca de 8.800 solicitações de refúgio desde 2017, sendo que aproximadamente 6.500 requerimentos foram atendidos (Godinho, 2018).

Em novembro de 2019, na cidade de Manaus, foi inaugurado o Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG). Idealizado pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) do governo federal e conta com o apoio da ACNUR e OIM; Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Fundo de

População das Nações Unidas (UNFPA); entidades da sociedade civil e atores municipais e estaduais. (Rabi-Misle y Huguene y, 2020).

Conforme a Rabi-Misle y Huguene y (2020), o PITRIG por meio da Operação Acolhida visa fornecer, em um único espaço, assistência para refugiados e imigrantes que passam pela cidade devido ao alto fluxo migratório de seu país. Todos os serviços são gratuitos e incluem orientação e referência para os casos mais urgentes de proteção, como crianças e adolescentes desacompanhados dos pais, pessoas com deficiência, mulheres grávidas, idosos e população LGBT. O Cadastro de Pessoa Física e Carteira de Trabalho são os principais documentos solicitados para iniciar um trabalho formal no Brasil.

## Monitoramento do Fluxo da População Venezuelana e a COVID-19

---

Segundo o Ministério da Saúde (MS, 2020), o Amazonas é o estado que apresenta o maior índice de mortalidade por COVID-19, com 50,1 (mortalidade/100mil habitantes). A interiorização da doença é uma das principais preocupações do governo devido a sua população indígena e ribeirinha. Nesse contexto, refugiados e migrantes somam-se a essa população, situação que não se restringe ao Amazonas, um problema também enfrentado por outros estados brasileiros.

Em março de 2020, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) desenvolveu uma pesquisa de monitoramento do fluxo da população venezuelana. Essa pesquisa resultou em um relatório que consta o perfil das pessoas entrevistadas e seus acompanhantes, questões relacionadas à saúde, educação, trabalho, proteção e COVID-19 (OIM, 2020). Alguns dados e informações detalhados estão descritos a seguir.

Foram entrevistadas 358 pessoas, dessas 49% eram mulheres. Identificadas 14 mulheres grávidas (8% do total). Entre 25 e 35 anos, 19% eram mulheres e 18% homens. E entre 36 e 45 anos, 9% eram mulheres e 10% homens.

No período em que se realizou a pesquisa, março de 2020, destaca-se: 52% dos imigrantes e refugiados estão desempregados; 26% estão empregados e 22% dessa população trabalham como autônomo. Esses dados mostram o desemprego sendo uma das principais causas de vulnerabilização das vidas de imigrantes e refugiados.

Uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) é o acesso aos serviços de saúde sem distinção de nacionalidade. Desse modo, venezuelanos podem retirar seu Cartão Nacional de Saúde no Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG). Os principais serviços de saúde procurados por refugiados

e imigrantes são: Posto de Saúde e Hospital, 74% e 16% respectivamente. Dos entrevistados, 12% relataram possuir alguma condição de saúde crônica e/ou deficiência (OIM, 2020).

Quando o assunto é sobre a COVID-19, 98% dos entrevistados possuem conhecimento sobre proteção contra o vírus; 4% estiveram próximos a adultos ou crianças com sintomas parecidos com os da gripe nos últimos 15 dias e 13% tiveram contato com pessoas que apresentaram os sintomas da COVID-19, mas não se mantiveram em isolamento social (OIM, 2020).

## Mulheres Transexuais refugiadas e migrantes – relatos de experiência de um Trabalhador Humanitário

---

O texto a seguir é o relato da experiência do segundo autor como Trabalhador Humanitário que desenvolve as suas atividades no “Projeto ACNUR: Gerenciamento de Casos e Proteção Baseada na Comunidade” junto à população LGBT de refugiados e migrantes. O Projeto é fruto de uma parceria entre o Instituto Mana<sup>4</sup> e as organizações ACNUR, UNFPA e Mana4 e as organizações ACNUR, UNFPA e OIM.

O Projeto ACNUR propõe atendimento que ocorre por meio de entrevistas. Essa assistência pode acontecer por demandas espontâneas ou geradas por busca ativa individual. No momento das entrevistas, é possível avaliar as necessidades de cada usuário, assim sendo é ofertado o serviço e auxílios conforme prioridades: abrigo; atendimento médico e exames DST/AIDS; alimentação; e trabalho. Dependendo do caso, a pessoa atendida é encaminhada para o órgão de apoio do governo ou município, Secretário Municipal de Saúde de Manaus (SEMSA), Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) e/ou Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A moradia é a principal necessidade apresentada pelos refugiados e migrantes. As imagens que percorrem a internet de grandes acampamentos com barracas improvisadas (a operação acolhida e ACNUR nomeiam as barracas grandes como “Carpas”, existem as divisões nas carpas, entre carpas apenas para solteiros e carpas apenas para famílias) materializam a realidade de países que recebem o fluxo migratório.

Há abrigos geridos pelo governo via Secretária Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), conseguem receber um maior número de pessoas e estão estruturados nas escolas, nos Centros de Convivência e na Arena Amadeu Teixeira (espaço poliesportivo do governo do Amazonas). Os abrigos oferecidos pela sociedade civil, na sua maioria, são geridos por organizações religiosas, são poucos e em média conseguem abrigar até 20 pessoas, cobram a quantia de cinquenta reais mensais (valor

destinado para a manutenção do local). Salientamos que há uma parte de imigrantes venezuelanos morando em barracos improvisados nos arredores da rodoviária de Manaus<sup>5</sup>.

Os coordenadores dos abrigos dificultam a entrada de mulheres transexuais, alegam que elas podem sofrer violência dentro do abrigo. Uma alternativa encontrada por elas foi dividir o espaço de moradia. Buscam como localização o Centro de Manaus, bairro no sul da cidade, que possui grande circulação de pessoas e o acesso fácil ao transporte público. O Centro é também conhecido por suas ruas e praças que servem como pontos de prostituição.

Em uma visita que realizei, pude constatar que a moradia é bastante precária, paredes com mofo, pouca ou nenhuma ventilação, o banheiro é adaptado dentro do quarto separado por uma parede de compensado. A moradia chega a medir três por três metros quadrados e é dividida entre quatro a cinco mulheres, espaço que ainda serve para receber clientes da prostituição. Não é feito contrato de locação de aluguel e elas não recebem nenhum tipo de comprovante pelos pagamentos das diárias no valor de cinquenta reais.

Assim como as mulheres transexuais brasileiras, as mulheres trans imigrantes têm como principal trabalho a prostituição. Muitas mulheres trans são alvos de cafetinagem. Com a quarentena, a quantidade de clientes diminuiu, ficou mais difícil custear o cômodo e a alimentação. As ruas ficaram vazias e perigosas podendo ocorrer atos de violência sem que haja alguém para ajudar. Nesse período, houve uma demanda maior de mulheres trans solicitando abrigo do governo, sem ter como pagar o aluguel foram despejadas sem aviso prévio do proprietário do local.

É importante destacar que o atual Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, vetou artigos da Lei (12) a Lei 14.010/20, que cria regras transitórias para as relações jurídicas durante a pandemia de COVID-19 e que “suspendia, até outubro, a concessão de liminares para despejo de inquilinos por atraso de aluguel ou fim do prazo de desocupação acordado” (Júnior y Oliveira, 2020). Isso demonstra a incapacidade do governo na gestão da epidemia, principalmente para a população mais carente. Milhares de pessoas ficaram desempregadas e sem condições de pagar o aluguel tiveram que vivenciar o despejo. O desemprego atingiu diversas famílias brasileiras, “O Ministério da Economia estima que houve um aumento de 150 mil desempregados no país entre março e a primeira quinzena de abril deste ano” (Verdêlio, 2020).

Outra fonte de renda para o povo venezuelano (mulheres trans também participam) vem da venda de água e bala de mangarataia (doce feito de gengibre), produtos oferecidos aos motoristas de veículos durante a parada no semáforo. Ou fazem a coleta (prática de pedir moedas). Para os índios venezuelanos é algo como sair para caçar na floresta, por isso nomeiam

essa prática de coleta. A cena de imigrantes juntos com seus filhos pedindo dinheiro e/ou mantimentos embaixo de semáforos se tornou comum no Brasil. Motoristas não abrem os vidros dos carros por medo de contaminação pelo coronavírus, com isso a venda dos produtos e a coleta diminuíram.

No contexto da pandemia, mulheres transexuais estão encontrando dificuldade para o acesso ao auxílio emergencial, uma vez que não são reconhecidas como mulheres chefes de família. No início da quarentena, a instituição bancária não aceitava o documento de refugiada/o e foi necessária uma intervenção judicial para que o documento fosse reconhecido pelo banco da Caixa Econômica Federal.

Sobre a alimentação, oriento que elas procurem o restaurante social Prato Cidadão<sup>6</sup> localizado no Centro de Manaus, onde a refeição custa somente um real. Mas como trabalham a noite e acordam tarde, geralmente, os tickets de alimentação acabam entre 13 e 14 horas, quando chegam no restaurante já não conseguem comprar o voucher que dão acesso ao prato popular. No período de quarentena, o Prato Cidadão fechou, logo sem uma alimentação regular, elas não conseguem também ter uma boa adesão no tratamento contra sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) – outro problema de saúde recorrente entre elas – já que não conseguem suportar a dor no estômago e o mal-estar ocasionado pela medicação forte.

Dentro do cenário da saúde e suas calamidades, devemos também lembrar que Manaus possui um ambulatório de diversidade sexual e de gênero<sup>7</sup> específico para atendimento à população transexual, além de acompanhar, para os cuidados de saúde sexual e processos transexualizador. Esse ponto positivo, ou melhor, essa conquista da classe LGBT deve ser usada com muita atenção.

O meio mais utilizado para comunicação é o Facebook ou Whatsapp. Por meio desses aplicativos conseguimos orientá-las em situações emergenciais. A internet continua sendo uma ferramenta boa, mesmo quando elas ainda não têm condições de adquirir um celular ou são vítimas de roubos que acontecem durante o trabalho, ainda assim emprestam o celular de alguém para comunicar. Isso acontece porque diante das adversidades, ter alguém para orientar e ouvi-las torna-se algo significativo.

O governo não tem feito muito para os refugiados imigrantes LGBT. Algumas instituições do governo e ONGs que atendem esse público específico possuem um cadastro de distribuição de alimento, mas é restrito a brasileiros, sendo assim a população venezuelana e haitiana não tem acesso a essa assistência alimentícia. Algumas entidades e agências internacionais ACNUR, UNFPA e IOM fazem ações nesse sentido.

As ONGs que trabalham com a população LGBT, na maioria das vezes, não têm uma interação com os imigrantes. O Instituto Mana levanta a bandeira



do feminismo e sempre lutou pelos direitos das mulheres cisgêneras. Com a minha entrada no Projeto iniciamos a dar visibilidade à população vulnerável de mulheres trans, aos homens trans e outras identidades não enquadradas na normatividade de gênero. Dos casos que atendi, a procura maior é por proteção legal de média e alta complexidade. São casos com alto nível de vulnerabilidade, porque sofreram violência baseada em gênero, falta de renda, falta de abrigo, falta de documentos, falta de tutores legais, graves problemas médicos.

Em Manaus, a situação é mais crítica quando falamos sobre vagas de emprego. O Sul e Sudeste ofertam mais emprego e possibilidade de trabalhos, por isso pessoas trans têm saído de Manaus para Cuiabá, Rio Grande do Sul, Brasília e São Paulo, numa tentativa de conseguir emprego. Quando uma consegue abrigo e um sustento rentável chama as outras para migrarem também, é mais fácil para as que migram depois porque vão ao encontro de uma pessoa que já conhece a cidade.

Há uma questão paralela entre LGBTs brasileiros e LGBTs imigrantes, ambos os grupos são representantes da mesma bandeira, apesar disso não se cruzam, não se entrosam: por que esses grupos não se integram já que possuem algo em comum? Presumo que essa falta de entendimento seja por viverem em cultura e condições sociais diferentes. Por exemplo, quando há um agendamento para uma consulta ao psicólogo em uma policlínica, por meio de encaminhamento, para pessoas transexuais imigrantes com o intuito de cuidar de sua saúde mental, muitas vezes elas não comparecem, porque Psicologia é muito chique aos olhos delas, é algo que não faz parte da sua realidade. Marcar um horário somente para conversar é algo impossível, elas têm outras preocupações imediatas como: o que irão almoçar? Lanche? Jantar? Ou até mesmo se tem onde permanecer a noite para dormir, por isso ir ao um psicólogo acaba não sendo uma prioridade para elas. É uma perda de tempo, usar o tempo para apenas conversar.

Em outra vertente, para uma pessoa trans refugiada ou imigrante é possível passar por um psicólogo para ter acesso ao tratamento hormonal. Mas quando há possibilidade de consultar um psicólogo para falar da opressão vivida dia após dia ou uma situação de vulnerabilidade existente, ocorre, muitas vezes, a ação de procrastinar essa visita a um profissional. Talvez uma pessoa trans não consiga dimensionar o impacto que a discriminação, sua condição de ser vulnerável e do processo migratório tem sobre a saúde mental. Há certa naturalização dessas diversas formas de violência, tornou-se normal sofrer.

Eu tenho conseguido conversar com elas de forma sucinta. Percebo que elas preferem conversar como um amigo para desabafar. Um amigo não vai criticar, ou achar que ela é louca. Acompanhei e tentei dar suporte a um caso de tentativa de suicídio de uma mulher transexual. Ela está bem e morando em outro estado.

As oportunidades de trabalho que aparecem para homens cisgêneros gays são de pedreiro, encanador, eletricista e serviços gerais. Devido à necessidade acabam aprendendo esses serviços, ou chamam alguém que sabe fazer e se submetem a condição de ajudantes. E no final do serviço, dividem o pagamento.

Alguns aspectos da sexualidade dos refugiados imigrantes são desconsiderados. As estruturas dos albergues e carpas não foram pensadas como um lugar para interação social ou com espaços reservados para a intimidade sexual. Muitos permanecem durante três ou mais meses dividindo o mesmo espaço com outras pessoas. No caso das carpas instaladas na rodoviária elas comportam aproximadamente 400 pessoas, essas recebem barracas menores individuais e colchonetes, essas ficam uma do lado da outra. Com o tempo, há uma perda gradativa do direito à intimidade e à vida privada, sabendo-se que o objetivo do direito à intimidade e à vida privada é resguardar a dignidade e integridade da pessoa humana, é ainda, caracterizado como um direito subjetivo absoluto.

Quando se trata de pessoas trans constatei que os próprios conterrâneos são perpetradores da violência física, simbólica e institucional cujo controle sobre a intimidade das pessoas trans chega em forma de proibição de utilização do banheiro, pois os mesmos se sentem insultados quando precisam utilizar o mesmo banheiro que pessoas trans e as próprias pessoas trans se veem como inferiores e acreditam que podem influenciar de alguma forma os filhos dos albergados cisgêneros e assim as pessoas trans acabam tentando recorrer à rua para não sofrer essas opressões. As pessoas imigram e a violência de gênero e a transfobia imigram com elas, pois ninguém deixa de ser agressivo ou preconceituoso apenas por não estar no seu país de origem.

## Considerações Finais

---

As pessoas trans refugiadas e migrantes estão sempre desassistidas quando se trata de políticas de assistência social. No contexto da COVID-19 continuam desamparadas, pois os aprovados para o auxílio emergencial, na sua maioria, estavam inscritos no cadastro único do CRAS, e pouquíssimas pessoas trans acessam o CRAS, já que as suas demandas são sempre direcionadas para a rede pública de saúde, ou para pesquisas ou programas voltados para Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), PEP – Profilaxia Pós-Exposição ao HIV e PrEP– Profilaxia Pré-Exposição ao HIV. Esses direcionamentos denunciam uma prática povoada de um cientificismo discriminatório, o corpo trans só é possível existir a partir de e por uma escrita biomédica e psicológica, corpo infectado e transtornado mentalmente (disfórico). A história dessas “ciências” está ali fusionada a ações solidárias e humanas e é difícil de distinguir, sendo um desafio para os profissionais que atendem à população LGBT. Esse contexto fala da importância de criarmos espaços de diálogos sobre a psicologização, patologização e medicalização de pessoas LGBTs (especialmente mulheres e homens transexuais).

É um desafio criar outras possibilidades de apreender as identidades transgêneras, principalmente por meio de ações e políticas assistenciais. A porta de entrada de pessoas transexuais não é a da rede de assistência social e cidadania, a qual envolve programas de transferência de renda do governo ou outras entidades. Perguntamo-nos se os olhares tanto dos profissionais que atendem pessoas trans quanto o das próprias pessoas atendidas não estão “viciados”, como em um ciclo de direcionamento contínuo apenas para os serviços de saúde (os de infecção virais), fazendo sempre a manutenção da visão desse local como o único possível para população trans ocupar fortalecendo o *cistema* e as *cisnormas* que violentam sistematicamente, linguisticamente e estruturalmente. Essa questão ficou ainda mais evidente com situação da COVID-19.

Há fatos agravantes que acontecem durante a pandemia: a visão discriminatória sobre o estrangeiro como o vetor de doenças epidemiológicas (os chineses passaram por essa violência); falta de ações governamentais destinadas a população indígena para o impacto do coronavírus nas comunidades de povos tradicionais; a exclusão de LGBTs das campanhas contra violência de gênero e sexo (aqui, cabe lembrar os homens transexuais). A pandemia expôs a todos e todas, o quanto essas populações estavam e estão em situação de vulnerabilidade.

## Notas

---

<sup>1</sup> Covid-19 – significa Corona VirusDisease (Doença do Coronavírus, enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados).

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/08/passa-de-3-mil-o-numero-de-venezuelanos-vivendo-em-predios-abandonados-em-boa-vista.ghtml>

<sup>3</sup> <https://www.acnur.org/portugues/2020/05/15/refugiados-lgbti-da-venezuela-recomecam-a-vida-em-paises-de-acolhida/>

<sup>4</sup> [https://www.institutomana.com/página oficial do instituto Mana tem como missão a “Emancipação feminina, promoção e defesa dos direitos das mulheres e combate à violência de gênero contra mulheres cis e trans.”](https://www.institutomana.com/página%20oficial%20do%20instituto%20Mana%20tem%20como%20missão%20a%20%E2%80%9Emancipação%20feminina,%20promoção%20e%20defesa%20dos%20direitos%20das%20mulheres%20e%20combate%20à%20violência%20de%20gênero%20contra%20mulheres%20cis%20e%20trans.%E2%80%9C)

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/08/02/abrigos-para-venezuelanos-refugiados-em-manaus-estao-superlotados-espacos-estao-depredados.ghtml>

<sup>6</sup> Restaurante popular, Projeto Direitos Humanos à alimentação adequada, Governo Federal do Brasil.

<sup>7</sup> Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero – Processo Transexualizador, implantado na Policlínica Codajás, na zona sul de Manaus. O espaço foi criado em parceria entre a UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e a SUSAM (Secretaria de Saúde do Amazonas)

## Referências

- ACNUR. (2019). Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM. *UNHCR / ACNUR*. Brasil <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/>
- CAVALCANTI, L., Oliveira, T., Macêdo, M., e Pereda, L. (2019). *Resumo Executivo. Imigração e Refúgio no Brasil. A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança pública / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.
- GODINHO, L.F. (2018). Manaus reabre abrigo público para acolher venezuelanos vindos de Boa Vista. *UNHCR / ACNUR*. Brasil <https://www.acnur.org/portugues/2018/09/05/manaus-reabre-abrigo-publico-para-acolher-venezuelanos-vindos-de-boja-vista/>
- JÚNIOR, JANARY, OLIVEIRA, MARCELO. (2020). Lei do regime jurídico durante pandemia é sancionada com manutenção de despejo de inquilino. *Câmara dos deputados*. Brasil. <https://www.camara.leg.br/noticias/668503-lei-do-regime-juridico-durante-pandemia-e-sancionada-com-manutencao-de-despejo-de-inquilino>
- MS. (2020). *Coronavírus*. Brasil. <https://covid.saude.gov.br/>
- OIM. (2020). *Displacement Tracking Matrix*. <https://www.globaldtm.info/>
- ONDR. (2020). Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena. *Gov.br, Governo Federal*. Brasil. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>
- ONU. (2019). Operação Acolhida em Manaus inaugura espaço com serviços de documentação e interiorização para refugiados e migrantes venezuelanos. *Nações Unidas*. Brasil <https://nacoesunidas.org/operacao-acolhida-em-manau-inaugura-espaco-com-servicos-de-documentacao-e-interiorizacao-para-refugiados-e-migrantes-venezuelanos/>
- ONU. (2020). Mulheres e meninas devem estar no centro dos esforços de resposta à COVID-19. *Nações Unidas*. Brasil <https://nacoesunidas.org/mulheres-e-meninas-devem-estar-no-centro-dos-esforcos-de-resposta-a-covid-19/>
- OIM. (2020). Monitoramento do fluxo populacional venezuelano no Brasil, Manaus - Rodada 1. Brasil. [https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/DTM%20Manaus%20\\_%20Mar%C3%A7o%20de%202020%20.pdf](https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/DTM%20Manaus%20_%20Mar%C3%A7o%20de%202020%20.pdf)

- RABI-MISLE, STEPHANIE, HUGUENEY, VICTORIA. (2020). Refugiados LGBTI da Venezuela recomeçam a vida em países de acolhida. *UNHCR / ACNUR*. Brasil <https://www.acnur.org/portugues/2020/05/15/refugiados-lgbti-da-venezuela-recomecam-a-vida-em-paises-de-acolhida/>
- VERDÉLIO, ANDREIA. (2020). Governo estima em 150 mil número de desempregados em razão da pandemia. *Agência Brasil*. Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/governo-estima-em-150-mil-os-desempregados-por-cao-da-pandemia>